

PROCESSO TCE Nº 22.099.2016-30
ENTIDADE: Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.782/2018/PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Regular com Ressalva. Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA. Notificação. Dar Ciência e Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, acordam os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) Pela emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **regular com ressalva** a Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre-CILA, exercício de 2015, tendo como responsável o Senhor **João Pereira da Costa** (Diretor-Presidente), à época, valendo como ressalvas o contido nas alíneas: “a”; “b”; “c”; “d”; “e”; “f”; “g”; “h”; “i”; “j”; “k” do Relatório acima citado, parte integrante deste voto. **2) Pela notificação** do atual Diretor Presidente da **CILA**, para tomar ciência desta decisão e observe a legislação pertinente em vigor para adotar as devidas correções, a fim de evitar a reincidência do ocorrido e tudo dando ciência a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade legal. **3) Dar ciência** ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre do resultado apurado por esta Corte de Contas, para conhecimento e providências cabíveis no que diz respeito a falta de eficiência exigida da Administração Pública. **4) Dar ciência** ao Senhor **João Pereira da Costa**, o teor desta decisão. **5) Divergiu**, em parte, o Conselheiro **Antonio Jorge**

Malheiro, que votou pela concessão de prazo de 90 (noventa) dias, ao responsável, para que proceda à correção do balanço dos bens imóveis, o que foi incorporado, pela Conselheira Relatora, ao seu voto. 6) Após às formalidades de estilo, pelo arquivamento do feito.

Rio Branco-Acre, 24 de maio de 2018.

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

João Izidro de Melo Neto

Procurador do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 22.099.2016-30
ENTIDADE: Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) Cuidam os autos da Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre, exercício de 2015, de responsabilidade do Senhor **João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)**, tendo o Senhor **Manoel Wanes Machado Peres**, sob o registro profissional nº CRC/AC 922/0-5, responsável pela contabilidade da CILA, durante o referido exercício. A documentação foi enviada no dia 05 de abril de 2016, por meio do OFÍCIO/Nº 045 e confirmada no sistema eletrônico do TCE/AC, em no dia 29 de abril de 2016, **dentro** do prazo estabelecido, na Resolução TCE-AC nº 087/2013. O presente processo foi autuado no dia 17 de maio de 2016, conforme Certidão (fl. 07). Quanto ao quesito integralidade da documentação obrigatória encaminhada a esta Corte de Contas, observa-se que a única ausência foi o Rol dos Responsáveis, no entanto, foi sanada com o envio do mesmo por ocasião da defesa (fl. 127-Relatório Técnico Conclusivo). Segundo a 3ª IGCE, a análise das contas em comento foi realizada em observância às normas contábeis e sob a ótica da legislação aplicada à Administração Pública.

2) A análise técnica conclusiva da 3ª IGCE (fls. 126/147), após a fase da defesa de forma conjunta (fls. 112/123), catalogou as seguintes ressalvas e impropriedades:

- a) Depreciação de várias contas do imobilizado não se atentando para o valor residual dos bens móveis. Verificado durante a instrução, pela área técnica, como ressalva, a qual recomendou ao gestor para promover as devidas correções, para as edições futuras;
- b) Falta de comprovante da adoção de recomendação do Conselho Fiscal para análise minuciosa das demonstrações contábeis antes da aprovação das contas da Cila, considerado ressalva pela área técnica;
- c) Ausência do registro de R\$ 97,08, na conta bancos, conforme evidenciado no extrato da conciliação. A defesa informa durante a instrução que já foi corrigida a falha no sistema contábil da Companhia, além de ser considerado valor de pequena monta;
- d) Divergências nos bens imóveis entre o valor de R\$ 1.896.672,00, evidenciando na conta prédio, no Relatório de Inventário de Bens Imóveis enviado e o registro no Balanço Patrimonial, considerado inconsistência contábil, recomenda-se ao gestor fazer os devidos ajustes para as próximas edições da matéria;
- e) Divergência na conta Construções em andamento em Cruzeiro do Sul, no montante de R\$ 2.494,49, registrado a maior na depreciação do que o valor da própria conta; existência de referida conta, nas prestações de contas dos últimos 5 anos não houve nenhuma movimentação de recursos na área de construções em Cruzeiro do Sul, acarretando impropriedade contábil, que pode ser considerado falha formal;
- f) Diferença de R\$ 27,95 entre o saldo financeiro transferido para o exercício seguinte registrado no Balanço Financeiro e o constante nos extratos e conciliação bancária, considerado inconsistência contábil e valor de pequena monta;

- g)** Ausência de empenhos de algumas despesas executadas no exercício (Lei Federal nº 4.320/1964, artigo 60). Segundo a defesa a inconsistência contábil é motivada pelo princípio da competência (Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei nº 6.404/1976). Outra dificuldade encontrada é que a parte de execução financeira da Companhia está subordinada ao sistema do Estado - Seplan e Sefaz, impossibilitando o lançamento em “Restos a Pagar”.
- h)** Escolha do menor preço com prejuízo à ampla concorrência e ao princípio da isonomia e à seleção da proposta mais vantajosa referente ao contrato com a empresa J&W Contabilidade e Sistemas Ltda. A defesa alega que a finalidade de adotar a modalidade convite foram alcançadas visando a isonomia e igualdade entre os licitantes. Adianta que desde 2016, o processo licitatório para contratação de serviços contábeis, bem como do sistema, está sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação – CPL do acionista majoritário e não mais pela CILA.
- i)** Ausência de comprovação das alegações do gestor quanto ao fornecimento de vales transportes somente nos meses de fevereiro e março de 2015, sem referência aos demais meses do exercício. Nesse caso, do fornecimento dos vales transportes o gestor deve organizar o sistema de distribuição e controle dos referidos vales para próximas edições da matéria ou enviar a documentação de controle quando solicitado por esta Corte de Contas.
- j)** Ausência do Relatório de gestão patrimonial e certidão de auditoria, em desatendimento ao item XV, do Anexo VIII da Resolução TCE nº 087/2013, foi sanado de forma parcial pelo gestor, no entanto, pode ser considerado ressalva.
- k)** Divergência de R\$ 322,13, em relação ao desembolso no exercício com o Acreprevidência, registrado na DRE e no Sistema SAFIRA, deve ser corrigido, no entanto, considera-se valor de pequena monta, sem prejuízo ao erário;

I) Todos os interessados foram regularmente citados conforme qualificados às folhas 126/127 e aproveitaram a oportunidade de defesa de forma conjunta, visto às folhas 112/123, dos autos.

3) **Instada** a se manifestar sobre a defesa juntada aos autos, a 3ª IGCE emitiu o Relatório Técnico Conclusivo de fls. 126/147, considerando a permanência de algumas irregularidade e ressalvas listadas às folhas 145/146.

4) Às fls. 154/155, o Ministério Público de Contas junto a este Tribunal manifestou-se em pronunciamento da lavra da ilustre Senhor Procurador Mario Sérgio Neri de Oliveira.

5) Na forma regimental, os autos foram redistribuídos, 04 de setembro de 2017.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 22 de maio de 2018.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

PROCESSO TCE N° 22.099.2016-30
ENTIDADE: Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

O EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (Relatora):

Considerando o resultado da análise realizada pela 3ª IGCE/DAFO e de tudo que consta nos autos (fls. 51/79);

Considerando que não foi constatado prejuízo ao erário e que os valores apurados que enseja devolução tratar-se de pequena monta (fl. 146);

Considerando ainda, que os eventos ocorridos podem ser considerados falhas formais e impropriedades contábeis e que os procedimentos licitatórios doravante devem ser corrigidos e ajustados para as próximas edições da matéria.

Em face do acima exposto, VOTO:

1) Pela emissão de Acórdão, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **regular com ressalva**¹ a

¹ Decisão semelhante está contida nos Acórdãos números 10.484/2017-Pleno e 10.526/2017-Pleno, em relação a CAGEACRE, empresa com as mesmas características.

Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre – CILA, exercício de 2015, tendo como responsável o Senhor João Pereira da Costa (Diretor-Presidente). Valendo como ressalva o contido nas alíneas: “a”; “b”; “c”; “d”; “e”; “f”; “g”; “h”; “i”; “j”; “k”, relacionadas no **Relatório** acima citado, parte integrante deste Voto.

2) Pela **notificação** do atual Diretor Presidente da CILA, para tomar ciência desta decisão e observe a legislação pertinente em vigor para adotar as devidas correções, a fim de evitar a reincidência do ocorrido e tudo dando ciência a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade legal.

3) Dar ciência ao Governador do Estado e ao Presidente da Assembleia Legislativa do resultado apurado por esta Corte de Contas, para conhecimento e providências cabíveis no que diz respeito a falta de eficiência exigida da Administração Pública.

4) Dar ciência ao Senhor João Pereira da Costa do teor desta decisão.

5) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

6) **É como VOTO.**

Rio Branco – Acre, 24 de maio de 2018.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia
Relatora

PROCESSO TCE N° 22.099.2016-30
ENTIDADE: Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: João Pereira da Costa (Diretor-Presidente)
PROCURADOR:
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**Certifico** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.323ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de maio do corrente ano, presidida pelo Conselheiro-Presidente **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antonio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro**, as Conselheiras **Dulcinéa Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia** e como Representante do Ministério Público de Contas, o Procurador Doutor **João Izidro de Melo Neto**. **Decisão:** O Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**. Divergiu, em parte, o Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, que votou pela concessão de prazo de 90 (noventa) dias, ao responsável, para que proceda à correção do balanço dos bens imóveis, o que foi incorporado, pela Conselheira-Relatora, ao seu voto (fl. 157)”

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2018.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Conselheira - Relatora